

A young man with dark hair, wearing a green and white checkered button-down shirt, stands with his arms crossed and a friendly smile. He is positioned in the foreground of a library or bookstore, with bookshelves filled with books visible in the blurred background.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



SICOOB
Central BA

1º SEMESTRE - 2020

ÍNDICE

Demonstrações Contábeis.....	02
Notas Explicativas.....	08
Relatório da Administração.....	33
Relatório da Auditoria.....	38



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA - SICOOB CENTRAL BA
1002 - SICOOB CENTRAL BA

CNPJ: 34.148.882/0001-59

BALANÇO PATRIMONIAL

	Notas	30/06/2020	31/12/2019
ATIVO		733.850.599,83	566.096.051,46
Circulante		655.332.368,39	506.774.802,51
Caixa e Equivalentes De Caixa	4	19.198,78	19.663,60
Disponibilidades		19.198,78	19.663,60
Instrumentos Financeiros	5	642.141.055,51	499.787.606,37
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	557.583.894,51	408.045.779,44
Títulos e Valores Mobiliários	5.2	84.557.161,00	91.741.826,93
Operações de Crédito	6	12.317.821,93	6.746.712,21
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		12.379.720,52	6.842.325,61
(-) Provisão para Operações de Empréstimos e Direitos Creditórios		(61.898,59)	(95.613,40)
Outros Créditos	7	749.222,78	183.365,29
Diversos		747.339,35	170.828,26
Devedores por Depósitos em Garantia		1.883,43	10.389,43
Créditos Tributários		-	2.147,60
Outros Valores e Bens	8	105.069,39	37.455,04
Outros Valores e Bens		326.574,45	328.546,15
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens		(300.432,69)	(300.432,69)
Despesas Antecipadas		78.927,63	9.341,58
Não Circulante		78.518.231,44	59.321.248,95
Realizável a Longo Prazo		28.571.666,60	11.311.466,20
Instrumentos Financeiros	5	13.562.801,29	3.474.728,36
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.1	10.026.594,80	-
Títulos e Valores Mobiliários	5.2	3.536.206,49	3.474.728,36
Operações de Crédito	6	14.989.967,55	7.830.377,28
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		15.065.294,03	7.884.277,85
(-) Provisão para Operações de Empréstimos e Direitos Creditórios		(75.326,48)	(53.900,57)
Outros Créditos	7	18.897,76	6.360,56
Diversos		502.392,34	502.392,34
Devedores por Depósitos em Garantia		16.749,99	6.360,56
Créditos Tributários		2.147,77	-
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(502.392,34)	(502.392,34)
Permanente		49.946.564,84	48.009.782,75
Investimentos	9	49.107.971,01	47.142.119,35
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		40.423.399,83	38.457.548,17
Outros investimentos		8.684.571,18	8.684.571,18
Imobilizado de Uso	10	791.478,00	810.109,74
Imovéis de Uso		734.265,17	734.265,17
Outras Imobilizações de Uso		836.276,08	828.238,19
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(779.063,25)	(752.393,62)
Intangível	11	47.115,83	57.553,66
Ativos Intangíveis		189.767,97	185.878,92
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(142.652,14)	(128.325,26)
Total do Ativo		733.850.599,83	566.096.051,46

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA - SICOOB CENTRAL BA
1002 - SICOOB CENTRAL BA
CNPJ: 34.148.882/0001-59
BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO		661.573.151,15	496.862.384,49
Circulante		661.440.551,39	496.730.776,64
Depósitos	12	4.480.323,28	6.811.163,40
Depósitos Sob Aviso		129.312,45	127.071,95
Depósitos à Prazo		4.351.010,83	6.684.091,45
Relações Interfinanceiras	13	654.216.892,52	486.383.087,77
Centralização Financeira - Cooperativas Centrais		654.216.892,52	486.383.087,77
Outras Obrigações	14	2.743.335,59	3.536.525,47
Sociais e Estatutárias	14.1	234.801,94	245.075,66
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	14.2	161.705,45	315.762,23
Diversas	14.3	2.346.828,20	2.975.687,58
Não Circulante		132.599,76	131.607,85
Outras Obrigações	14	132.599,76	131.607,85
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	14.3(e)	132.599,76	131.607,85
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	72.277.448,68	69.233.666,97
Capital Social	16.1	43.945.632,19	42.578.854,76
De Domiciliados No País		43.945.632,19	42.578.854,76
Outros Resultados Abrangentes	26	-	-
Reserva de Sobras	16.2	26.181.605,60	26.181.605,60
Sobras ou Perdas Acumuladas	16.3	2.150.210,89	473.206,61
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		733.850.599,83	566.096.051,46

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA - SICOOB CENTRAL BA
1002 - SICOOB CENTRAL BA

CNPJ: 34.148.882/0001-59

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO

DSP	Notas	30/06/2020	30/06/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira	17	9.764.395,97	15.267.818,36
Operações de Crédito		334.093,07	323.669,43
Resultado de Aplicações Interfinanceiras De Liquidez		8.043.466,63	11.761.775,70
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.386.836,27	3.182.373,23
Dispêndio/Despesa da Intermediação Financeira	17	(9.155.651,82)	(14.152.074,38)
Operações de Captação no Mercado		(130.705,48)	(199.758,61)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		(9.037.235,24)	(13.915.021,28)
Provisão para Operações de Créditos		12.288,90	(37.294,49)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	17	608.744,15	1.115.743,98
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		1.557.870,67	1.300.445,85
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	18	134.262,89	167.970,90
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	19	(3.718.461,99)	(3.700.688,61)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	20	(1.487.610,65)	(1.412.498,56)
Despesas(Dispêndios) Tributárias	21	(57.613,16)	(58.964,93)
Resultado de participações em coligadas e controladas	22	1.667.315,93	1.803.466,63
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	23	5.022.872,07	4.543.093,07
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	24	(1.902,51)	(39.627,87)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes	25	(991,91)	(2.304,78)
Resultado Operacional		2.166.614,82	2.416.189,83
Resultado Antes da Tributação e Participações		2.166.614,82	2.416.189,83
Imposto de Rendas sobre Atos Não Cooperativos	21	(8.201,96)	(11.447,42)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos	21	(8.201,97)	(11.447,42)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		2.150.210,89	2.393.294,99
Resultado Antes dos Juros ao Capital		2.150.210,89	2.393.294,99
Sobras/Perdas Líquidas		2.150.210,89	2.393.294,99

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA - SICOOB CENTRAL BA
1002 - SICOOB CENTRAL BA

CNPJ: 34.148.882/0001-59

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Fundo de Reserva	Expansão	Outras		
31/12/2018	38.421.864,45	6.573.138,16	231.306,55	18.706.234,73	240.672,61	64.173.216,50
Destinações de Sobras Exercício Anterior:						-
Ao Capital	240.672,61				(240.672,61)	-
Movimentação de Capital:						-
Por Subscrição/Realização	741.634,67	-				741.634,67
Por Devolução (-)	(1,00)					(1,00)
Sobras ou Perdas Brutas					2.393.294,99	2.393.294,99
30/06/2019	39.404.170,73	6.573.138,16	231.306,55	18.706.234,73	2.393.294,99	67.308.145,16
31/12/2019	42.578.854,76	6.934.443,24	540.927,63	18.706.234,73	473.206,61	69.233.666,97
Destinações de Sobras Exercício Anterior:						-
Ao Capital	473.206,61				(473.206,61)	-
Movimentação de Capital:						-
Por Subscrição/Realização	930.426,78					930.426,78
Por Devolução (-)	(36.855,96)					(36.855,96)
Sobras ou Perdas Brutas					2.150.210,89	2.150.210,89
30/06/2020	43.945.632,19	6.934.443,24	540.927,63	18.706.234,73	2.150.210,89	72.277.448,68

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA - SICOOB CENTRAL BA
1002 - SICOOB CENTRAL BA

CNPJ: 34.148.882/0001-59

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DESCRIÇÃO	Notas	30/06/2020	30/06/2019
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Período		2.150.210,89	2.393.294,99
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(6.969,64)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(1.667.315,93)	(1.803.466,63)
Provisão/Reversão para Operações de Crédito		(12.288,90)	37.294,49
Provisão/Reversão Com Passivos Contingentes		991,91	2.304,78
Depreciações e Amortizações		62.559,12	46.622,68
		534.157,09	669.080,67
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(159.564.709,87)	1.048.345,94
Títulos e Valores Mobiliários		7.123.187,80	(5.070.763,78)
Operações de Crédito		(12.718.411,09)	(3.194.178,02)
Outros Créditos		(578.394,69)	(933.349,88)
Outros Valores e Bens		(67.614,35)	(81.761,06)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos sob Aviso		2.240,50	3.686,48
Depósitos a Prazo		(2.333.080,62)	(443.182,37)
Relações Interfinanceiras		167.833.804,75	7.230.816,45
Outras Obrigações		(776.785,95)	209.635,91
IRPJ		(8.201,96)	(11.447,42)
CSLL		(8.201,97)	(11.447,42)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		(562.010,36)	(584.564,50)
Atividades de Investimentos			
Distribuição Sobras da Confederação		-	6.969,64
Aplicação no Intangível		(3.889,05)	(1.279,90)
Aquisição De Imobilizado de Uso		(29.600,50)	(82.920,54)
Aquisição de investimentos		(298.535,73)	(81.085,11)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(332.025,28)	(158.315,91)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		930.426,78	741.634,67
Devolução de Capital à Cooperados		(36.855,96)	(1,00)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		893.570,82	741.633,67
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(464,82)	(1.246,74)
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		19.663,60	14.168,69
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		19.198,78	12.921,95
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(464,82)	(1.246,74)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA - SICOOB CENTRAL BA
1002 - SICOOB CENTRAL BA

CNPJ: 34.148.882/0001-59

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	Notas	30/06/2020	30/06/2019
Sobras/Perdas Líquidas		2.150.210,89	2.393.294,99
Outros resultados abrangentes	26	-	-
Total do resultado abrangente		2.150.210,89	2.393.294,99

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

NOTAS EXPLICATIVAS

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. – SICOOB CENTRAL BA CNPJ: 34.148.882/0001-59
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
DE 2020 E DE 2019

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa Central de Crédito da Bahia Ltda – Sicoob Central BA é uma instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeita a falência. Foi constituída em 20 de setembro de 1988 e rege-se pelo disposto nas Leis nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 e nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002; Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, nos atos normativos baixados pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, pelo Banco Central do Brasil – Bacen, por seu Estatuto e normativos do Sistema Sicoob.

Tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e a assistência às cooperativas filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca de serviços.

A atividade preponderante é prestar, às cooperativas filiadas, orientação jurídica, gerencial, administrativa, de informática, financeira, social, operacional, de comunicação social, de capacitação profissional, entre outras, visando o aperfeiçoamento, a racionalização e a padronização dos serviços oferecidos pelas referidas instituições.

Para a consecução dos objetivos, cabe ao Sicoob Central BA o monitoramento, a supervisão e à orientação administrativa e operacional das cooperativas filiadas, de forma a prevenir e a corrigir situações anormais que possam configurar infrações legais ou regulamentares, inclusive internas, ou acarretar risco para a solidez daquelas instituições e do Sicoob BA.

Cabe ainda ao Sicoob Central BA, a coordenação das ações do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, na Bahia, liderado pelo Sicoob Confederação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e normas e instruções do Bacen,

apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif.

A Diretoria Executiva do Sicoob Central BA aprovou as demonstrações e o Conselho de Administração autorizou a sua publicação.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

Para efeito de comparabilidade, as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho 2020 estão demonstradas junto com as de 30 de junho de 2019, em reais.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

O Banco Central emitiu a Resolução 4.720 de 30 de maio de 2019 e a Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados em conta na elaboração das demonstrações, respectivamente com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020. As principais alterações no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade. Na Demonstração de Sobras ou Perdas, a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período. Os dados comparativos de períodos anteriores foram adequados ao novo padrão estabelecido pelo Bacen.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, a vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Sicoob Confederação e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição e equivalência patrimonial, respectivamente.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

o) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

p) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

r) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

t) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 30 de junho de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2020.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Banco do Brasil	16.198,78	315,52
Bancoob	3.000,00	19.348,08
Total	19.198,78	19.663,60

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Aplicações interfinanceiras de liquidez	567.610.489,31	408.045.779,44
Títulos e valores mobiliários	88.093.367,49	95.216.555,29
Total	655.703.856,80	503.262.334,73

5.1 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão registradas nesta rubrica as operações de compra de títulos públicos com compromisso de revenda e depósitos interfinanceiros no Bancoob, conforme composição a seguir:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Ativo circulante	557.583.894,51	408.045.779,44
Letras Financeiras do Tesouro – LFT Compromissadas	63.907.382,93	48.834.593,98
Depósitos Interfinanceiros – DI	493.676.511,58	359.211.185,46
Ativo não circulante	10.026.594,80	-
Depósitos Interfinanceiros – DI	10.026.594,80	-
Total	567.610.489,31	408.045.779,44

As taxas de remuneração dessas aplicações estão no intervalo entre 100% e 102% do Certificado de Depósito Bancário – CDI.

5.2. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescidos dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

Em 30 de junho de 2020 e dezembro de 2019, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Ativo Circulante	84.557.161,00	95.216.555,29
Letras Financeiras do Tesouro – LFT Livres (a)	3.590.484,97	8.730.453,65
Cotas de Fundo de Curto Prazo (b)	18.358.165,24	18.903.594,82
Cotas de Fundo de Renda Fixa (c)	62.608.510,79	67.582.506,82
Ativo não circulante	3.536.206,49	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT Livres (a)	3.536.206,49	-
Total	88.093.367,49	95.216.555,29

(a) A taxa de remuneração dessas aplicações é 100% da Selic.

(b) O Fundo Centralização Renda Fixa, tem por objetivo garantir a movimentação diária das Cooperativas associadas em conta mantida junto ao Bancoob, com rentabilidade entre 95% e 97% do CDI.

(c) O Fundo Sicoob Institucional de Renda Fixa Crédito Privado é destinado exclusivamente para as entidades que integram o Conglomerado Bancoob, com rentabilidade entre 102% e 106% do CDI conforme regulamento. O Sicoob Central BA passou aplicar nesse fundo em junho de 2018.

A administração dos Fundos é realizada pelo Bancoob DTVM.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos	12.379.720,52	15.065.294,03	27.445.014,55	14.726.603,46
(-) Provisões para Operações de Crédito	(61.898,59)	(75.326,48)	(137.225,07)	(149.513,97)
Total	12.317.821,93	14.989.967,55	27.307.789,48	14.577.089,49

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo	Total em 30/06/2020	Provisões 30/06/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
A	0,5%	Normal	27.445.014,55	27.445.014,55	(137.225,07)	11.691.365,81	(58.456,83)
B	1%	Normal	-	-	-	3.035.237,65	(91.057,14)
Total Geral			27.445.014,55	27.445.014,55	(137.225,07)	14.726.603,46	(149.513,97)
Provisões			(137.225,07)	(137.225,07)		(149.513,97)	
Total Líquido			27.307.789,48	27.307.789,48		14.577.089,49	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	2.171.228,83	10.208.491,69	15.065.294,03	27.445.014,55
Total	2.171.228,83	10.208.491,69	15.065.294,03	27.445.014,55

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimo / Financiamento	30/06/2020	% da Carteira
Outros	27.445.014,55	27.445.014,55	100%
Total	27.445.014,55	27.445.014,55	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(149.513,97)	(45.391,17)
Constituições/ Reversões	12.288,90	(104.122,80)
Total	(137.225,07)	(149.513,97)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	7.535.155,40	27,46%	6.734.168,41	45,73%
10 Maiores Devedores	27.445.014,55	100%	14.726.603,46	100%
50 Maiores Devedores	27.445.014,55	100%	14.726.603,46	100%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Não houve movimentações no período das operações transferidas para prejuízo mantendo-se o mesmo saldo do período anterior no montante de R\$ 5.711.624,70.

7. OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	30/06/2020	31/12/2019
Total Ativo Circulante	751.370,55	183.365,29
Diversos	751.370,55	183.365,29
Adiantamentos e antecipações salariais	37.677,27	-
Adiantamentos Para Pagamentos de Nossa Conta	69.890,00	92.813,25
Devedores por depósitos em Garantia (a)	1.883,43	10.389,43
Impostos e Contribuições a Compensar	2.147,77	2.147,60
Pagamentos a Ressarcir	263,14	1.091,30
Devedores Diversos – País (b)	639.508,94	76.923,71
Total Ativo não Circulante	18.897,76	6.360,56
Diversos	18.897,76	6.360,56
Devedores por depósitos em Garantia (a)	16.749,99	6.360,56
Créditos tributários	2.147,77	-
Devedores Diversos – País (b)	502.392,34	502.392,34
(-) Provisões Para Outros Créditos	(502.392,34)	(502.392,34)
Total	768.120,54	189.725,85

(a) Composição:

(a.1) Trata-se de depósito judicial complementar da condenação imposta ao Sicoob Central BA, em processo que foi indevidamente demandado por associado do Sicoob Norte Sul, no valor de R\$1.883,43, correspondente aos honorários sucumbenciais arbitrados em sede de cumprimento de sentença.

(a.2) Trata-se de depósitos judiciais relativos a processos junto à Receita Federal em virtude de falha no envio de DCTF's no valor de R\$ 6.360,56.

(a.3) Trata-se de débito realizado pelo Sicoob Confederação na conta movimento do Sicoob Central BA no valor de R\$ 622,07, relativo a custas judiciais, despesas e honorários advocatícios do processo judicial movido por associado do Sicoob Subaé (processo nº 0000717-40.2014.8.26.0125) em que o Sicoob Confederação foi incluído no polo passivo indevidamente.

(a.4) Trata-se de depósito judicial para garantir o juízo em processo judicial na fase de cumprimento de sentença, em que o Sicoob Central BA foi indevidamente demandado por associado do Sicoob Norte Sul, no valor de R\$ 9.767,36.

(b) Trata-se substancialmente de participação no fundo de gestão de bens constituído conforme deliberação da AGO 2016 do Sicoob Confederação e apropriação do rateio das despesas administrativas que serão reembolsados pelas filiadas do Sicoob Central BA no mês de julho/2020.

8. OUTROS VALORES E BENS

Descrição	31/06/2020	31/12/2019
Bens Não de Uso Próprio (a)	300.432,69	300.432,69
Material em Estoque	26.141,76	28.113,46
(-) Provisões para Desvalorizações (b)	(300.432,69)	(300.432,69)
Despesas Antecipadas (c)	78.927,63	9.341,58
Total	105.069,39	37.455,04

(a) Valor referente a 02 (duas) fazendas recebidas da Cooperativa de Crédito Rural do Oeste Ltda., como pagamento de dívida líquida, certa e vencida em 20 de dezembro de 2005, decorrente de saldo devedor da conta corrente nº 4-3. Tais fazendas foram recebidas em janeiro de 2006 e estão à venda, tendo sido inclusive postas em leilão, sem êxito de venda até o momento. Desta forma, foi constituída provisão neste montante em virtude da dificuldade de venda;

(b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos de avaliação dos bens;

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, assinatura de periódicos, contribuição cooperativista, IPTU, processamento de dados e alvará de funcionamento.

9. INVESTIMENTOS

As ações do Bancoob são avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial. Em 30 de junho de 2020 o Sicoob Central BA possuía 2,020% da participação acionária. As demais ações e cotas são avaliadas pelo custo de aquisição.

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Participações inst financ controlada coop crédito - Bancoob	40.423.399,83	38.457.548,17
Participações coop exceto coop central crédito - Cnac	356.997,64	356.997,64
Sicoob Confederação	8.315.073,54	8.315.073,54
Participações empr controlada coop central crédito - Annellus	12.500,00	12.500,00
Total	49.107.971,01	47.142.119,35

10. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado, conforme abaixo:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019	Tx. Depreciação
Terrenos	48.000,00	48.000,00	
Edificações	686.265,17	686.265,17	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(212.890,00)	(199.164,70)	
Instalações	42.113,55	42.113,55	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(24.814,61)	(23.308,49)	
Móveis e equipamentos	357.554,63	370.875,10	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos	(541.358,64)	(529.920,43)	
Sistema de Processamento de Dados	436.607,90	415.249,54	20%
Total	791.478,00	810.109,74	

11. INTANGÍVEL

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida da amortização acumulada. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base na taxa abaixo:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019	Tx. Amortização
Sistema de processamento de dados – Software	189.767,97	185.878,92	10%
(-) Amortização acum. de ativos intangíveis	(142.652,14)	(128.325,26)	
Total Líquido	47.115,83	57.553,66	

12. DEPÓSITOS

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata às cooperativas filiadas, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério pro rata temporis, já as remunerações pré-fixadas são calculadas no prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Depósito Sob Aviso	129.312,45	127.071,95
Depósito a Prazo	4.351.010,83	6.684.091,45
Total	4.480.323,28	6.811.163,40

Concentração da carteira de Depósitos, incluindo a centralização financeira (Relações Interfinanceiras):

Descrição	30/06/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	217.410.811,23	33,01%	174.069.887,44	35,29%
10 Maiores Depositantes	640.814.316,12	97,29%	475.659.729,62	96,44%
50 Maiores Depositantes	658.697.215,80	100%	493.194.251,17	100,00%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(2.240,50)	(3.686,48)
Despesas de Depósitos a Prazo	(128.464,98)	(196.072,13)
Total	(130.705,48)	(199.758,61)

13. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

São os recursos que as cooperativas filiadas possuem na Reserva Obrigatória de Liquidez da Centralização Financeira os quais são remunerados de acordo com os critérios próprios instituídos pela Resolução nº 143/2018 do Sicoob Central BA.

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Centralização Financeira - Cooperativas	654.216.892,52	486.383.087,77
Total	654.216.892,52	486.383.087,77

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Sociais e Estatutárias	234.801,94	245.075,66
Fiscais e Previdenciárias	161.705,45	315.762,23
Diversas	2.479.427,96	3.107.295,43
Total	2.875.935,35	3.668.133,32

14.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Resultado de Atos com Associados (a)	54.444,83	60.217,51
Resultado de Atos com Não Associados	180.357,11	180.357,11
Cotas de Capital a Pagar	-	4.501,04
Total	234.801,94	245.075,66

(a) O FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da

cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do Bacen, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

14.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Impostos e Contribuições Sobre Lucros A Pagar (a)	1.146,53	88.985,32
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros (b)	22.782,73	44.323,49
Impostos e Contribuições Sobre Salários (c)	136.611,38	175.403,16
Outros (d)	1.164,81	7.050,26
Total	161.705,45	315.762,23

(a) Trata-se de IRRF a recolher (R\$ 490,48), CSLL a recolher (R\$ 656,05) apurados sobre o resultado de atos não cooperativos.

(b) Trata-se de ISS a recolher (R\$ 1.172,79), INSS a recolher (R\$ 19.319,72), IRRF a recolher (R\$280,29), IRRF a recolher pessoa física (902,05), PIS/Cofins/CSLL a recolher (R\$ 1.107,88).

(c) Trata-se de IRRF a recolher (R\$ 30.609,58), INSS a recolher (R\$ 82.445,72), FGTS a recolher (R\$ 20.967,86) e PIS a recolher (R\$ 2.588,22).

(d) Trata-se de ISS a recolher (R\$ 603,53), PIS s/ Faturamento (R\$ 78,46) e Cofins a recolher (R\$482,82).

14.3 Diversas

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Total do Passivo Circulante	2.346.828,20	2.975.687,58
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	73.373,68	86.419,71
Despesas de Pessoal (b)	685.721,95	488.976,45
Outras Despesas Administrativas (c)	20.273,37	82.747,69
Credores Diversos -País (d)	1.567.459,20	2.317.543,73
Total do Passivo não Circulante	132.599,76	131.607,85
Provisão Para Contingências (e)	132.599,76	131.607,85
Total	2.479.427,96	3.107.295,43

(a) São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

(b) Despesas de Pessoal está composta por: Férias (R\$ 358.536,88), INSS sobre férias (R\$87.662,27),

FGTS sobre férias (R\$ 28.626,31), PIS sobre férias (R\$ 3.585,39) 13º salário (R\$124.532,90), INSS sobre 13º salário (R\$ 30.448,30), FGTS sobre 13º salário (R\$ 6.927,22), PIS sobre 13º salário (R\$ 868,56) e Outros (R\$ 44.534,12), que refere-se a gratificação da Diretoria Executiva.

(c) Despesas Administrativas estão compostas por: água/energia/gás (R\$ 3.098,73), Aluguéis (R\$2.301,86), Comunicações (R\$ 7.667,30), Manutenção e conservação de Bens (R\$ 500,00), Seguro (R\$ 2.536,05), Compensação (R\$ 1.427,98) e Outras despesas administrativas (R\$2.741,45).

(d) Refere-se a provisão para despesa sobre os depósitos intercooperativos, que corresponde a remuneração paga às cooperativas filiadas decorrentes dos recursos mantidos nesta Central, como Reserva Obrigatória de Liquidez (R\$ 1.234.213,89);

Refere-se a: Recursos doados pela empresa DGRV – Confederação Alemã das Cooperativas com saldo atualizado de (R\$ 316.105,80), conforme Instrumento Particular de Constituição de Obrigações Decorrentes de Doação Condicional firmado entre o Sicoob Central BA e a DGRV; Créditos de Terceiros (R\$ 15.815,64) e provisões de outras despesas administrativas (R\$1.323,87).

(e) O Sicoob Central BA está inscrito na Dívida Ativa da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional devido a erros na confecção das DCTF's das competências de 2001 a 2003, débito objeto de execução fiscal. Por sugestão do Conselho Fiscal e aprovação do Conselho de Administração, essa dívida foi provisionada em sua totalidade (R\$ 6.360,56), obedecendo ao princípio contábil da prudência.

Trata-se de Débitos IRPJ - 1º e 2º trimestres de 2009 (R\$ 25.765,45 e R\$ 31.240,65 respectivamente) que se encontram em aberto devido ao não reconhecimento de direito creditório pleiteado pelo Sicoob Central BA e não homologação das compensações requeridas. Por sugestão da GEJUR e aprovação da Diretoria Executiva, essa dívida foi provisionada em sua totalidade (R\$126.239,20) com a devida atualização até 06/2020, obedecendo ao princípio contábil da prudência.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Sicoob Central BA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

16.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por suas cooperativas filiadas. De acordo com o Estatuto Social, cada filiada tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

De acordo com o artigo 25, §2º do nosso Estatuto Social, semestralmente, é verificada a necessidade de aporte a fim de ajustar o capital do Sicoob Central BA, com base nos balanços encerrados nos meses de junho e dezembro.

Além da forma mencionada de capitalização, de acordo com a Resolução Sicoob Central BA nº 090/14, mensalmente, cada filiada ao Sicoob Central BA subscreve e integraliza ao seu capital social, valor correspondente a 0,0175% (cento e setenta e cinco décimos de milésimos por cento) do total

dos saldos captados de seus depósitos.

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Capital Social	43.945.632,19	42.578.854,76
Associados	12	13

16.2 Reserva de sobras

16.2.1 Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras apuradas com atos cooperativos no final do exercício, no percentual de 30% (trinta por cento), conforme determina o Artigo 34, inciso I, do Estatuto Social e é utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Reserva Legal	6.934.443,24	6.934.443,24
Total	6.934.443,24	6.934.443,24

16.2.2 Reserva para Expansão

16.2.2.1 Fundo Microfinanças

Em 02 de março de 2018, foi realizada a doação condicional dos recursos mantidos no Fundo de Desenvolvimento, celebrado entre DGRV e Sicoob Central BA, com objetivo de estabelecer parceria entre as partes bem como a fixação de suas atribuições específicas, com a finalidade de fortalecer o Sicoob Central BA e suas filiadas, com vigência até final dos recursos com no mínimo de 4 (quatro) anos e máximo de 6(seis) anos a contar da data de assinatura.

Para esta reserva são destinados integralmente, em cada exercício, os rendimentos líquidos auferidos com as aplicações dos recursos da DGRV. Por outro lado, a realização da reserva ocorre também, em cada exercício, pelo custeio das despesas relacionadas ao desenvolvimento das ações previstas na parceria.

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Reserva para Expansão	171.766,11	171.766,11
Total	171.766,11	171.766,11

16.2.2.2 Fundo Instituto Sicoob

Em 26 de abril de 2019 foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária a criação do Fundo de Custeio Instituto Sicoob do Sicoob Central BA.

O Fundo tem como objetivo apoiar as ações sistêmicas do Instituto Sicoob nas cooperativas filiadas e Sicoob Central BA, que visam contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atuam.

Para o Fundo é destinado integralmente o valor resultante da contribuição mensal das filiadas em

0,0005% do total de seus depósitos. Por outro lado, a realização do fundo ocorre também, em cada exercício, pelo custeio das despesas relacionadas as ações de divulgação, promoção, bem como investimentos do Instituto Sicoob no Sicoob Central BA.

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Fundo instituto Sicoob	369.161,52	369.161,52
Total	369.161,52	369.161,52

16.2.3 Reserva de Sobras a Realizar

Esta reserva é constituída pelo resultado líquido positivo calculado até o exercício social de 2018, pela Equivalência Patrimonial – MEP da participação do Sicoob Central BA junto ao Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob. Considerando a representatividade do seu valor, as cooperativas filiadas em AGE realizada em 24/07/2019 aprovou a interrupção de novos aportes para esta Reserva.

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Reserva de Sobras a realizar	18.706.234,73	18.706.234,73
Total	18.706.234,73	18.706.234,73

16.3 Sobras Acumuladas

O saldo final dessa rubrica representa as sobras líquidas referente ao 1º semestre de 2020 que ficará à disposição da assembleia geral. Segue a sua movimentação:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Sobras 1º semestre	2.150.210,89	473.206,61
Total	2.150.210,89	473.206,61

17. INGRESSOS/DISPÊNDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Receita de Intermediação Financeira	9.764.395,97	15.267.818,36
Rendas de Empréstimos	334.093,07	323.669,43
Rendas de aplicações em operações compromissadas	892.690,41	1.540.710,55
Rendas de Aplicações em depósitos interfinanceiros	7.150.776,22	10.221.065,15
Letras Financeiras do Tesouro	135.701,85	162.327,99
Rendas de Aplicações em fundos de investimentos	1.251.134,42	3.020.045,24
(-) Despesas de Intermediação Financeira	(9.155.651,82)	(14.152.074,38)
(-) Despesas de Depósitos Aviso Prévio	(2.240,50)	(3.686,48)
(-) Despesas de Depósitos a Prazo	(128.464,98)	(196.072,13)
(-) Dispêndios De Depósitos Intercooperativos	(9.037.235,24)	(13.915.021,28)
(+/-) Provisão/Reversão para provisões para Operações de Crédito	12.288,90	(37.294,49)
Resultado Bruto de intermediação Financeira	608.744,15	1.115.743,98

18. INGRESSOS/RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

No 1º semestre de 2020 foram obtidas rendas com prestação de serviços, assim descritas:

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Rendas de Serviços - atos não cooperativos (a)	134.262,89	167.970,90
Total	134.262,89	167.970,90

(a) Refere-se a receitas de comissão intercâmbio cartão cabal, tarifa interbancário (TIB), receita acelera sipag e receita com venda de seguros.

19. DISPÊNDIOS/DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Cédula de Presença Fiscal	(25.320,96)	(24.604,92)
Honorários	(365.622,03)	(357.867,09)
Cédula de Presença	(59.082,24)	(56.064,43)
Gratificações da Diretoria	(37.111,83)	(37.111,83)
Assistência Médica	(336.831,32)	(323.392,92)
Alimentação do Trabalhador	(318.617,00)	(307.925,37)
Vale Transporte	(11.588,12)	(23.392,33)
Seguros	(14.811,64)	(14.421,63)
Assistência Odontológica	(59,88)	-
Contribuição Previdência Privada	(101.649,43)	(79.748,60)
Outras despesas de pessoal benefícios	(2.479,82)	(854,19)
FGTS Funcionários	(132.783,11)	(124.387,06)
INSS Funcionários	(412.339,06)	(404.703,08)
INSS Diretoria/Conselheiros	(97.426,56)	(95.128,76)
INSS Terceiros	(8.000,00)	(17.824,38)
Salários	(1.389.924,77)	(1.296.911,72)
Horas Extras	-	(8.756,55)
13º Salário	(125.101,57)	(120.115,65)
Férias	(187.776,89)	(177.428,49)
Multa sobre Rescisões Trabalhistas FGTS	(1.030,93)	(11.574,88)
Aviso Prévio	(301,75)	(2.469,49)
Seleção e Contratação		(40,00)
Programa de Formação Profissional	(70.968,50)	(186.549,73)
Estagiários	(19.634,58)	(29.415,51)
Total	(3.718.461,99)	(3.700.688,61)

20. OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Despesas de Água Energia e Gás	(36.451,92)	(51.410,15)
Despesas de Aluguéis	(86.198,63)	(84.852,88)
Despesas de Comunicação	(51.783,04)	(48.856,58)
Despesas de manutenção e Conservação de Bens	(13.155,40)	(15.910,04)
Despesas de Material	(5.101,94)	(9.482,49)
Despesas de Processamento de Dados	(35.004,85)	(24.757,99)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(76.675,50)	(53.799,86)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(6.126,00)	-
Despesas de Publicações	(7.130,00)	(7.640,00)
Despesas de Seguros	(3.730,22)	(5.536,78)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(50.557,35)	(35.461,79)
Despesas de Serviços de Terceiros	(96.020,69)	(89.582,25)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(66.466,67)	(105.995,37)
Despesas de Transporte	(3.770,51)	(3.705,51)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	(37.591,99)
Despesas de Viagem no País	(154.852,16)	(217.855,25)
Contribuição Confederativa	-	(3.988,33)
Livros Jornais e Revistas	(672,13)	(898,92)
Condomínio	(59.089,26)	(59.205,10)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(4.636,47)	(1.354,19)
Copa/Cozinha	(3.346,33)	(4.757,52)
Lanches e Refeições	(2.555,86)	(2.217,61)
Uniformes e Vestuários	(31,00)	(510,00)
Contribuição OCE	(26.422,26)	(25.550,22)
Taxas da Junta Comercial	(244,00)	-
Impostos e Taxas	(1.285,02)	(1.927,53)
Assinaturas de Publicações Técnicas	(2.307,52)	(2.058,36)
Materiais de Limpeza	(3.984,01)	(6.660,47)
Outras Despesas Administrativas	(21.117,73)	(2.339,83)
Rateio de Despesa do Sicoob Confederação	(606.335,06)	(461.968,87)
Despesas de Amortização	(14.326,88)	(8.518,75)
Despesas de Depreciação	(48.232,24)	(38.103,93)
Total	(1.487.610,65)	(1.412.498,56)

21. DISPÊNDIOS/DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Conforme legislação vigente, as sociedades cooperativas possuem isenção tributária sobre suas receitas com atos cooperativos. No 1º semestre de 2020 foram auferidas receitas de atos não cooperativos tributados pelo PIS/COFINS e resultado positivo de atos não cooperativos tributados pelo IRPJ e CSLL.

Segue demonstrativo das despesas tributárias:

Descrição	30/06/2019	30/06/2019
ISS – 5%	(6.713,05)	(8.398,47)
COFINS – 4%	(5.370,51)	(6.718,83)
PIS – 0,65%	(872,71)	(1.091,82)
Subtotal - Tributos sobre receitas de atos não cooperativos	(12.956,27)	(16.209,12)
Impostos e taxas - Municipais	(28.062,46)	(26.983,23)
Despesas de Tributos Federais	(9,57)	(312,26)
PIS sobre Folha de Pagamento	(16.584,86)	(15.460,32)
Subtotal – Outros Tributos e Taxas	(44.656,89)	(42.755,81)
Total Tributos sobre receitas de atos não cooperativo, Outros Tributos e Taxas	(57.613,16)	(58.964,93)
IRPJ e CSLL	(16.403,93)	(22.894,84)
Total Tributos sobre resultado de atos não cooperativos	(16.403,93)	(22.894,21)
Total despesas tributárias	(74.017,09)	(81.859,77)

22. RESULTADO DE PARTICIPAÇÃO EM COLIGADAS E CONTROLADAS

O Sicoob Central BA possui ações do Bancoob e, por exercer influência na administração daquela da instituição, efetua a Equivalência Patrimonial dessa participação.

A equivalência patrimonial é o método que consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária da sociedade investidora no patrimônio líquido da sociedade investida, e no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado do exercício.

O valor do investimento, portanto, é determinado mediante a aplicação da porcentagem de participação no capital social sobre o patrimônio líquido do Banco.

Para efetuar o cálculo da Equivalência Patrimonial - MEP utiliza-se o patrimônio líquido do Bancoob do mês anterior ao da competência do Sicoob Central BA.

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Rendas de Ajustes em Investimentos em coligadas e controladas	1.667.315,93	1.803.466,63
Total	1.667.315,93	1.803.466,63

23. OUTROS INGRESSOS/RECEITAS OPERACIONAIS

Esta rubrica é composta pelos seguintes valores:

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	23.929,02	4.469,28
Rateio de despesas da Central	4.725.766,22	4.436.388,81
Outras rendas operacionais (a)	255.919,28	84.948,65
Deduções e Abatimentos	17.257,55	17.286,33
Total	5.022.872,07	4.543.093,07

(a) Trata-se substancialmente do rateio do fundo instituto Sicoob.

24. OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS

O saldo dessa rubrica é composto pelos seguintes valores:

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Perdas - Danos a Ativos Físicos	(1.886,76)	(533,36)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	-	(1.154,48)
Multas e Juros Diversos	(13,89)	(15,59)
Passivos Contingentes	-	(33.945,95)
Fundo de Desenvolvimento	-	(3.559,91)
Outras Despesas Operacionais	(1,32)	(418,58)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento - Perdas Operacionais	(0,54)	-
Total	(1.902,51)	(39.627,87)

25. DISPÊNDIOS/DESPESAS DE PROVISÕES PASSIVAS

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Contingente	(991,91)	(2.304,78)
Total	(991,91)	(2.304,78)

- Trata-se de atualização de provisão de processo judicial junto à Receita Federal do Brasil. Conforme nota explicativa 14.3 - (e).

26. RESULTADO ABRANGENTE

O Banco Central do Brasil por meio da Resolução nº 4720 de 30 de maio de 2019 que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020, determinou a elaboração e divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente - DRA pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Não houve resultado abrangente no 1º semestre de 2020.

27. VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS – IMPAIRMENT

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566 de 29 de maio de 2008, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, também previsto na Lei nº 11.638/2007, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos semestralmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

A adoção desta norma não produziu efeitos sobre as Demonstrações Contábeis do 1º semestre de 2020, em função da escrituração contábil dos ativos ser efetuada de acordo com normativos específicos, os quais já resguardam a sua recuperabilidade, em especial a provisão sobre as operações de crédito constituídas de acordo com a Resolução nº 2.682/1999.

28. PARTES RELACIONADAS

O Sicoob Central BA foi criado com o objetivo da organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e a assistência às cooperativas filiadas nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 8º e Resolução nº 4.434/15 do CMN.

Demonstramos a seguir as operações com as cooperativas filiadas:

Descrição	30/06/2020	30/06/2019
Ativo	27.445.014,55	12.272.410,81
Operações de Crédito	27.445.014,55	12.272.410,81
Passivo	658.697.215,80	462.927.599,28
Depósitos sob aviso	129.312,45	123.602,03
Depósitos a prazo	4.351.010,83	7.045.262,10
Relações Interfinanceiras - centralização financeira	654.216.892,52	455.758.735,15

Adicionalmente, existem partes relacionadas de pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades desta Central e que integram o quadro social de alguma cooperativa singular associada à Central.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas liberadas no 1º semestre de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. - Sem vínculo de Grupo Econômico	11.170.000,00	40,70%	(55.850,00)
TOTAL	11.170.000,00	40,70%	(55.850,00)
Montante das Operações Passivas	1.074.426,58	23,98%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 30 de junho de 2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimo	19.909.859,15	99.549,29	72,5445%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Prazo	4.043.538,33	90,25%	99,56%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	100% a 102% CDI	100% a 102% CDI
Aplicação Financeira - Pós Fixada	98% a 101% CDI	98% a 101% CDI

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	72,53%
Aplicações Financeiras	90,25%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimo	30.738.290,36

e) No 1º semestre de 2020 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas apresentando-se da seguinte forma:

Benefícios monetários	30/06/2020	30/06/2019
Honorários	(365.622,03)	(357.867,09)
Cédula de Presença	(84.403,20)	(56.064,43)
Gratificações	(37.111,83)	(37.111,83)
INSS	(97.427,41)	(85.330,92)
Previdência Privada	(16.741,14)	(14.668,47)
Plano de Saúde	(32.599,72)	(26.522,24)
Alimentação/Refeição	(9.756,00)	(9.156,00)
Seguro de Vida	(1.198,68)	(1.198,68)
Total	(644.860,01)	(587.919,66)

29. GERENCIAMENTO DE RISCO

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

29.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

29.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

29.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

29.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

29.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

30. SEGUROS CONTRATADOS - NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN n.º 4.192 de 01/03/2013 e CMN n.º 4.193, de 01/03/2013, que dispõem sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) e definem requerimento mínimo de PR correspondente à aplicação do fator "F" ao montante RWA, sendo "F" igual a 8% (oito por cento) e Adicional de Capital Principal (ACP) correspondente a 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento), a partir de 1º de abril de 2020, totalizando 9,25% de exigência no 1º semestre de 2020. Na data base de 30 de junho de 2020, a margem do patrimônio de referência do Sicoob Central BA

correspondia a R\$ 24.808.163,89, representando IB de 21,93%, superior ao requerido mínimo pelo Banco Central do Brasil. Na data base de 30 de junho de 2019, a margem era de R\$ 24.452.548,75, representando IB de 24,28%.

32. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2020		30/06/2019	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Outros	132.599,76	18.633,42	171.625,61	16.749,99
Total	132.599,76	18.633,42	171.625,61	16.749,99

Segundo a assessoria jurídica do Sicoob Central BA, dos processos judiciais em que figura como polo passivo, não teve processos classificados como perdas possíveis.

33. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Sicoob Central BA é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores, na modalidade Multi-instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o 1º semestre de 2020 totalizaram R\$101.649,43.

Salvador - BA, 30 de junho de 2020.

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ÀS COOPERATIVAS ASSOCIADAS

Submetemos à apreciação as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 30 de junho de 2020 da Cooperativa Central de Crédito da Bahia Ltda. – SICOOB CENTRAL BA, na forma da Legislação em vigor.

1. Cenário

As expectativas do cenário econômico promissor para 2020, com crescimento acima de 2,5% foram frustradas a partir do reconhecimento pela OMS do estado de pandemia em função da COVID-19 no mês de março. Os reflexos já foram sentidos no primeiro trimestre do ano corrente, com uma queda no PIB de 1,5% em relação trimestre imediatamente anterior, o que reforça a tendência de uma redução ainda maior no indicador para 2020.

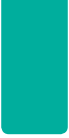
Diante deste panorama coube ao governo implementar medidas de curto prazo, como redução da taxa Selic ao patamar de 2,25%, a fim de aquecer a economia, o prolongamento de dívidas, estabelecimento de auxílios emergenciais à população carente, criação de linhas de financiamento para as micro e pequenas empresas.

Estas medidas, no entanto, não se mostraram suficientes tendo em vista o estado de inércia que se estabeleceu na atividade econômica, sobretudo o comércio e serviços, além da indústria que ficaram praticamente paralisados por mais de 90 dias, a partir do estado de calamidade em que o país foi sucumbido.

Como forma de enfrentamento, o Sicoob Central BA divulgou uma série de direcionadores de enfrentamento da pandemia voltada para o fomento dos negócios, redução das despesas administrativas, aumento da produtividade, gestão de pessoas e atuação na comunidade.

O desafio do Sicoob BA torna-se ainda maior, tendo vista que as projeções do Planejamento Estratégico para o seu primeiro ciclo terão que ser revistas para os próximos dois trimestres do ano, uma vez que o cenário até então desenhado para 2020 não se configurará. Neste sentido, o Sicoob Central BA propôs as cooperativas filiadas que priorizassem os projetos de curto prazo e, sobretudo, aqueles voltados para as dimensões de transformação digital, resultado e eficiência operacional e cidadania e sustentabilidade.

As ações do Sicoob Central BA estão voltadas para a expansão da carteira de crédito com qualidade, eficiência e de forma sustentável, reduzir ainda mais a inadimplência, melhorar o resultado



da intermediação financeira, ampliar a venda de produtos e serviços, controlar as despesas administrativas e melhorar ainda mais nossos indicadores de desempenho.

2. Indicadores de desempenho

2.1. SICOOB CENTRAL BA

Nossos ativos cresceram 37,34% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$733,85 milhões. Em 30 de junho de 2020, 93,07% dos ativos estavam aplicados em operações de intermediação financeira, sendo 89,35% delas em tesouraria e aplicações financeiras vinculadas à variação do CDI e 3,72% em operações de crédito.

No primeiro semestre de 2020, a captação de depósitos e da centralização financeira junto às cooperativas filiadas progrediram 42,29% em relação ao mesmo período do ano anterior, alcançando a marca de R\$658,70 milhões.

O patrimônio líquido evoluiu 7,38%, chegando a R\$72,28 milhões. As sobras líquidas antes das destinações apresentaram uma variação negativa de 10,16%, em relação ao mesmo período de 2019, alcançando R\$2,15 milhões até 30 de junho de 2020. A redução do resultado decorreu, principalmente, do impacto da redução da taxa Selic nas receitas de intermediação financeira do SICOOB CENTRAL BA.

2.2. Cooperativas Filiadas

Os ativos das cooperativas filiadas encerraram o primeiro semestre de 2020 com R\$1.560,43 milhões, representando um aumento de 27,69% ante o ano anterior.

As operações de crédito líquidas de provisão, mesmo diante de um cenário de estagnação da economia, encerraram o primeiro semestre de 2020 com R\$735,57 milhões, representando um acréscimo de 19,14% em relação ao ano anterior.

A captação de depósitos cresceu 38,52% em relação ao ano anterior, atingindo o patamar de R\$1.000,90 bilhão, demonstrando a confiança dos associados nas cooperativas filiadas.

O patrimônio líquido alcançou R\$412,63 milhões, representando uma evolução de 6,82% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As sobras brutas do semestre, antes das destinações e dos juros ao capital, alcançaram R\$14,97 milhões, representando uma redução de 40,27% em relação ao mesmo período do ano anterior e corresponderam a um retorno de 7,95% a.a. sobre o patrimônio líquido médio do período.

3. Gerenciamento de Riscos

3.1. Gerenciamento Centralizado de Riscos e de Capital do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de

gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

3.2. Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

3.3. Riscos de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

3.4. Risco de crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

3.5. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

3.6. Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

4. Governança Corporativa

A governança corporativa do SICOOB CENTRAL BA visa estabelecer diretrizes aplicadas à representatividade e participação, à direção estratégica, à gestão executiva, à fiscalização e controle e à aplicação de princípios de segregação de funções na administração; de transparência, de equidade, de ética, de educação cooperativista, de responsabilidade corporativa e de prestação de contas e atender às exigências legais e regulamentares.

A verificação do cumprimento aos normativos e leis vigentes é realizada pelo Conselho Fiscal do SICOOB CENTRAL BA, auditorias, bem como pelo Banco Central do Brasil.

5. Conselho Fiscal

Eleito na AGO de 26/04/2019, o Conselho Fiscal tem a função de examinar assídua e minuciosamente os atos da administração, bem como os demonstrativos contábeis do SICOOB CENTRAL BA.

6. Código de Ética

Todas as cooperativas do Sicoob BA, incluindo o SICOOB CENTRAL BA, adotam o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação, sendo firmado termo de compromisso com todos os integrantes.

Agradecimentos

Agradecemos às nossas Cooperativas Filiadas pela confiança e à equipe do SICOOB CENTRAL BA pela dedicação.

Salvador, 24 de julho de 2020.

IVO AZEVEDO DE BRITO

PRESIDENTE

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA

DIRETOR ADMINISTRATIVO





RELATÓRIO AUDITORES INDEPENDENTES

Srs. Conselheiros, Diretores e Associados da COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA.
– SICOOB CENTRAL BA | Salvador - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA – SICOOB CENTRAL BA, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos fatos a relatar.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com práticas

contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

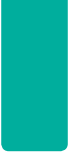
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte - MG, 31 de julho de 2020.

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS
CRCMG 6427

FÁBIO EDUARDO DE ALMEIDA BAUER
Contador Responsável
CRC MG 077699/O

